



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022

Processo Licitatório nº: 2.390/2022

Processo de Impugnação nº: 16.099/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação.

IMPUGNANTE: CP COMERCIAL S/A - CNPJ Nº: 08.888.040/0022-58.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CP COMERCIAL S/A, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 112/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos





Comissão de Pregão I

colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

- A EXIGÊNCIA DE DOT INFERIOR A 06 MESES ESTARIA INADEQUADA

Ao exigir que os pneus sejam entregues com a data de fabricação (DOT) igual ou inferior a 6 (seis) meses, a Administração estaria incorrendo em ato que comprometeria o caráter competitivo do certame, restringindo a ampla participação, uma vez que os licitantes que comercializam pneus de fabricação internacional jamais poderiam participar. Outrossim, garantir a entrega de pneus com DOT inferior a 6 (seis) meses não seria tarefa fácil nem mesmo para aqueles que comercializam pneus nacionais, uma vez que os fabricantes, após a produção, ainda manteriam seus produtos armazenados por determinado período de tempo.

Ademais, a exigência de prazo de fabricação inferior a 6 (seis) meses, nada se relacionaria com a validade ou qualidade dos pneus, sendo que tal exigência restringiria a competitividade no certame, motivo pelo qual deveria ser excluída do edital, permitindo que mais fornecedores tenham condições de participar do certame, garantindo a observação legal e principiológica, resultando em maior probabilidade de o município adquirir produtos de boa qualidade pelo melhor preço.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer o recebimento da presente Impugnação ao edital com o devido processamento dos autos do Processo Licitatório, que sejam devidamente julgados procedentes os motivos formulados na presente impugnação, a fim de retificar o edital retirando a exigência de data de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses e que seja determinada a republicação do edital, a fim de garantir publicidade para tal retificação.

Handwritten signature



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16.099/2022

RUBRICA: e FOLHA: 1b

Comissão de Pregão I

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 04 de julho de 2022 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 22 de junho de 2022.

KARLA BRAGA MACHADO
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 16099/22

RUBRICA:

FOLHA: 17

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 22 de junho de 2022

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, de acordo com solicitação feita pela Empresa CP COMERCIAL S/A:

1. A impugnante alega que a fixação do DOT inferior a 06 meses, como parâmetro editalício, é restritiva.

Quanto a esta alegação a mesma não se sustenta, pois, essa exigência tem o fito de demonstrar a preocupação da municipalidade com o seus servidores e usuários de veículos oficiais, bem como pedestres e demais condutores de forma geral, que utilizarão direta ou indiretamente os insumos pretendidos no atual certame, evidenciando assim sua preocupação com o interesse público, não permitindo que o município faça a aquisição de pneus com a data de fabricação muito além data de entrega, visto que por vezes, em vista da necessidade de permanecerem em estoque da própria prefeitura, poderão ter seu prazo de garantia ultrapassado, configurando razão suficiente, inclusive, a obstar o pagamento de eventuais seguros, pois somos sabedores que, em caso de acidente, um dos itens avaliados pelas seguradoras é o tempo de vida do pneu utilizado no veículo.

Seria negligência da municipalidade colocar a vida de servidores municipais em risco somente por querer valorizar o princípio da economicidade.

A impugnante, em sua peça, diz que: *"pertinente esclarecer alguns pontos relacionados ao DOT, ao contrário do que parece, não serve para determinar a data de validade dos pneus, já que estes são feitos de borracha, matéria não-perecível"* (grifo nosso).

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Em recente matéria, publicada no sítio especializado "Auto Papo" do site UOL, disponível em: <https://autopapo.uol.com.br/noticia/pneu-data-de-validade-5-anos/> o mesmo afirma:

"Você sabia que pneu é igual a remédio? Tem data de validade e expira! Só que o remédio tem uma, o pneu tem duas. A primeira coisa é você saber a data em que ele foi fabricado, chamada de DOT, *Department of Transportatio*, com uma série de letrinhas e dígitos. Os quatro últimos dígitos, por exemplo, em um pneu que esteja gravado 0718, significa que ele foi fabricado na 7ª semana de 2018."

"E quais são os dois prazos que pouca gente fala? É só você ver o DOT. Como no pneu exemplificado acima, a marcação indica que ele foi fabricado em 2018, fevereiro. Até cinco ou seis anos de fabricação o pneu mantém as suas características originais, o composto de borracha se mantém estável, sem problemas."

Portanto, fica claro que, os itens pretendidos, tem prazo de validade, cabendo aos gestores municipais se cercarem de cuidados para que essa garantia não seja extrapolada, criando parâmetros mínimos, conforme exigido em nosso edital.

Entendemos que tal exigência é mais que necessária, garantindo a compra de pneus com maior qualidade, tendo sido recém fabricados, do contrário, em caso do DOT ser superior a seis meses, como requer a impugnante, a administração corre o risco de adquirir pneus de ponta de estoque, ou pneus que estejam estocados a certo tempo nas distribuidoras. É sabido que pneus estocados em condições irregulares, como a própria impugnante alega às fls. 04 "*a matéria do pneu apenas sofrerá com problemas no caso de ser mal armazenada, o que pode vir a ressecar a borracha deteriorando o pneu*" (grifo nosso), poderão sofrer danos e deformações, comprometendo a qualidade do bem, além de comprometer a segurança do usuário final, neste caso veículos como ambulâncias, que transportam pacientes de toda a rede municipal.

Importante ainda ressaltar, que os itens são de alto custo, outro motivador, que faz com que a administração municipal se cerque de cuidados, visando adquirir produtos com o maior tempo de vida útil possível.

Importante ressaltar que o tema em tela já fora debatido em diversos Tribunais de Controle Externo, sendo inclusive tal exigência pacificada nos mesmos.

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Entre diversas manifestações exauridas sobre o tema, podemos destacar o posicionamento do Tribunal de Contas do Paraná:

*"Segundo o TCE-PR, são válidas as exigências de certificação do Instituto Nacional de Meteorologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais; prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega; certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável; e apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório"*¹

O Tribunal Pleno da mesma Corte de Contas cita no Acórdão n. 4932/14 que:

*"(...) Nesse sentido, a instrução da unidade técnica (Instrução n. 48/14, peça 28):
É mais vantajoso para o Município adquirir pneus com maior tempo de vida útil possível ainda mais quando um pneu possui um prazo de validade de 5 (cinco) anos.*

*Assim, não é vantajoso adquirir pneus com a data de validade próxima a ser expirada.
(...)*

Deve-se levar em conta, ainda, que além do aspecto da vantajosidade (custo-benefício) e economicidade (pagar um produto que será de maior tempo possível de vida útil), a compra de pneus está relacionada com a segurança daqueles que utilizam dos veículos que terão pneus adquiridos.

Dá a razoabilidade em se estabelecer algum critério de data de fabricação com vista a que a compra seja mais vantajosa possível que o produto tenha maior tempo de vida útil possível.

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

A Corte de Contas Catarinense já emitiu parecer a cerca da questão (Processo REP n. 19/00041267), da Relatoria do Conselheiro Cesar Filomeno, na qual em despacho restou consignado:

(...) Com efeito, em diversas oportunidades o Tribunal já se pronunciou favorável à cautelar, quando presentes mesmas exigências editalícias apontadas. Não obstante, em 12 de dezembro de 2018, o Tribunal de Pleno referendou a Decisão n. 1114/20182 desta relatoria [referindo-se ao Processo REP 18/00843302, do TCE/PR] que revogou medida cautelar concedida para sustar procedimento licitatório em que o edital trazia como exigência data e fabricação igual ou superior a 2018.

O fundamento adotado para a Decisão foi de que a imposição não violaria a competitividade, pois a data de fabricação dos pneus seria verificada somente quando da efetiva entrega, mitigando os efeitos da exigência.

Também foi utilizado como argumento para a revogação as razões do Acórdão 1045/2016 [referindo-se ao processo n. 1006662/14, do TCE/PR] do Tribunal de Contas do Paraná, onde restou assentado que a aquisição de pneus fabricados a menos tempo visa atender ao princípio licitatório da proposta mais vantajosa para a Administração. Na oportunidade, o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou recomendação a 52 municípios, para considerar válida a exigência de prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses [<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2016/3/pdf/00290344.pdf>].

De fato, quanto menor o tempo de fabricação, menos tempo o produto ficou estocado ou submetido a questões climáticas, o que, em tese, confere-se maior qualidade e vida útil.

Fundamental esclarecer, que o tratamento isonômico a que se presta a licitação tem por objetivo assegurar a proposta mais adequada, com maior vantajosidade à Administração, e por consequência, à coletividade, e não atender a interesses particulares e um ou outro licitante. (grifo nosso)

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 16099/22

RUBRICA: 

FOLHA: 21

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Esclarecemos ainda que a exigência editalícia, encontra amparo na Lei de Licitações e Contratos, a qual dispõe em seu art. 15, I, *in verbis*:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (grifo nosso).

Nesta mesma esteira a Corte de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Processos n. 024321-0200/21-5) e o Ministério Público de Contas (Parecer MPC n. 14474/2021) também já se manifestaram favoráveis quanto a exigência do DOT não superior a seis meses.

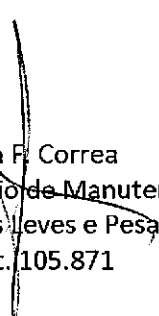
Mais precisamente o MPC diz:

(...) mantendo-se unicamente a exigência de data de fabricação (DOT) não superior a seis meses, a qual os Órgãos Técnicos entenderam como regular e de acordo com o interesse público (grifo nosso).

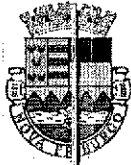
Bem, após toda fundamentação apresentada, inclusive com jurisprudência jurídica e técnica, entendemos por negar o pedido da impugnante.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,


Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



PROCESSO Nº 16099
DATA 24/06/22
FOLHA Nº 22 Rubrica Felipe

Processo: 16099/2022

Requerente: CP Comercial S/A

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 112 de 2022 - Processo Licitatório n. 2390/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 02/06/2022 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 112 de 2022 - Processo Licitatório n. 2390/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição, via sistema de registro de preços, de pneus para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria de Educação.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 23 de junho de 2022.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame com relação à exigência na descrição dos itens de pneus com DOT igual ou inferior a 06 (seis) meses, requerendo o acolhimento da impugnação para que seja excluída tal exigência.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 14/16, recebeu a impugnação, afirmando estarem preenchidos os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, encaminhou o procedimento à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para manifestação do setor técnico, na forma do item 29.2 do edital.

Em resposta anexada às fls. 17/21, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados não acolheu a impugnação apresentada, afirmando que o tema já foi debatido em diversos Tribunais de Controle Externo, sendo pacífico o entendimento acerca da validade da exigência de prazo de fabricação igual ou inferior a 06 (seis) meses, reproduzindo, inclusive, trecho de parecer emitido pelo TCE/PR em sede de representação com o mesmo objeto, bem como acórdãos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Ministério Público de Contas no sentido de ser regular e de acordo com o interesse público a exigência de data de fabricação (DOT) não superior a 06 (seis) meses.

Por fim, o procedimento foi encaminhado a esta Procuradoria-Geral para manifestação.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 22/06/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 29.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 04/07/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Inicialmente, verifica-se que **não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório**, mas tão somente quanto às exigências técnicas referentes ao objeto do certame

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis



que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Além disso, conforme previsto nos itens 29.2 e 29.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Verifica-se que a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, às fls. 17/21, não acolheu a impugnação pelos fundamentos lá apresentados, inclusive com a transcrição de vários julgados dos tribunais de contas, no sentido da validade da exigência diante da razoabilidade em estabelecer critério de data de fabricação a fim de que a compra seja mais vantajosa possível, para que o produto tenha maior tempo de vida útil possível.

Portanto, tendo sido apresentados os esclarecimentos técnicos e justificativa fundamentada quanto ao objeto impugnado, não cabe a esta assessoria qualquer análise, sendo certo que a assessoria jurídica não tem expertise para analisar qual prazo de fabricação dos pneus é necessário ao atendimento das demandas da Administração Municipal.

Ademais, a questão aqui ventilada já foi objeto de impugnação nos processos administrativos n. 14608/2022 e 14439/2022 (apensos), tendo sido idêntica a conclusão pelo não acolhimento.

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência da decisão exarada pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados e prosseguimento do certame.

Resalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 23 de junho de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Fernando Guimaraes de Oliveira Lima
Assessoria Jurídica
Processos Administrativos



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022

Processo Licitatório nº: 2.390/2022

Processo de Impugnação nº: 16.099/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação.

IMPUGNANTE: CP COMERCIAL S/A – CNPJ Nº: 08.888.040/0022-58.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CP COMERCIAL S/A, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 112/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos

Comissão de Pregão I

colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

- A EXIGÊNCIA DE DOT INFERIOR A 06 MESES ESTARIA INADEQUADA

Ao exigir que os pneus sejam entregues com a data de fabricação (DOT) igual ou inferior a 6 (seis) meses, a Administração estaria incorrendo em ato que comprometeria o caráter competitivo do certame, restringindo a ampla participação, uma vez que os licitantes que comercializam pneus de fabricação internacional jamais poderiam participar. Outrossim, garantir a entrega de pneus com DOT inferior a 6 (seis) meses não seria tarefa fácil nem mesmo para aqueles que comercializam pneus nacionais, uma vez que os fabricantes, após a produção, ainda manteriam seus produtos armazenados por determinado período de tempo.

Ademais, a exigência de prazo de fabricação inferior a 6 (seis) meses, nada se relacionaria com a validade ou qualidade dos pneus, sendo que tal exigência restringiria a competitividade no certame, motivo pelo qual deveria ser excluída do edital, permitindo que mais fornecedores tenham condições de participar do certame, garantindo a observação legal e principiológica, resultando em maior probabilidade de o município adquirir produtos de boa qualidade pelo melhor preço.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer o recebimento da presente Impugnação ao edital com o devido processamento dos autos do Processo Licitatório, que sejam devidamente julgados procedentes os motivos formulados na presente impugnação, a fim de retificar o edital retirando a exigência de data de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses e que seja determinada a republicação do edital, a fim de garantir publicidade para tal retificação.



Comissão de Pregão I

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa CP COMERCIAL S/A, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 112/2022, e subsidiada pelo setor técnico responsável que encaminhou parecer técnico às fls. 17/21, e no informado pela Procuradora Geral do Município às fls. 22 a 23, no mérito, NEGOU PROVIMENTO pela alteração do edital em comento.

Mantendo a data do presente certame para o dia 04/07/2022.

Nova Friburgo, 24 de junho de 2022.



KARLA BRAGA MACHADO
Pregoeira Substituta - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934